

2003, o ano em que o Brasil parou

Economia

Com juros altos, economia estagnou nos primeiros 12 meses da era Lula e setores como construção e vestuário caíram até 30%

ALBERTO KOMATSU

Apesar da queda do dólar e do risco país, do recuo da inflação e do otimismo dos investidores estrangeiros, a economia brasileira deve fechar 2003, primeiro ano de governo Luiz Inácio Lula da Silva, com um decepcionante crescimento de 0,13% do Produto Interno Bruto, conforme estimativas coletadas pelo próprio Banco Central entre economistas. Se no mercado financeiro estes 12 meses foram de euforia, no setor produtivo, a construção civil, a indústria têxtil, os fabricantes de calçados e a produção de bens duráveis, apontam analistas, amargaram quedas de até 30%, com a renda da população achatada pelos juros altos e pelo desemprego recorde.

– Com isso, 2003 vai ser conhecido como mais um ano perdido na nossa história – avalia Julio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

“O setor habitacional está caindo 10% a cada trimestre. O pessoal está com medo de assumir compromissos”

JULIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
DIRETOR-EXECUTIVO DO IEDI

mento Industrial (Iedi).

E a paralisia do PIB poderia ter sido ainda maior, contou Almeida. Segundo ele, não fosse o crescimento das exportações, que acumula receita de US\$ 71,2 bilhões no ano, maior resultado da história do país, o PIB poderia ter recuado até 2%.

A economia brasileira poderia até ter crescido, avaliou Almeida, caso o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tivesse iniciado mais cedo a redução da taxa básica de juros do país, a Selic, atualmente em 16,5% ao ano.

– Haveria uma possibilidade de um crescimento pequeno do PIB, de 1% ou 1,5%, se a taxa de juros fosse reduzida antes. Em abril, já poderia ter começado (*a redução dos juros*). Começou em junho. Demorou muito – afirmou.

Os setores mais afetados pela estagnação da economia, promovida em grande parte pela queda de poder aquisitivo da população, foram a construção civil, a indústria têxtil, de vestuário e de calçados. Segundo Almeida, esses segmentos vão amargar quedas entre 10% e 30% em 2003, porque são muito “colados” à renda e ao medo do desemprego.

– Isso explica porque o setor habitacional está caindo 10% a cada trimestre. O pessoal está segurando o dinheiro e com medo de assumir compromissos.

A crise de confiança do ano passado, segundo Almeida, foi a grande

culpada pela estagnação da economia. Ele lembrou da “explosão” da cotação do dólar, seguida pela alta da inflação, com a incerteza gerada pela então provável vitória de um partido de esquerda nas eleições presidenciais.

– Precisamos de crédito mais barato – defendeu Almeida, acrescentando que para obter isso o Banco Central deveria promover uma nova queda do compulsório (a última redução foi em agosto, quando o percentual recolhido pelos bancos sobre os depósitos à vista caiu de 60% para 45%).

Representante do setor mais citado por economistas quando o assunto é crise, Roberto Kaufmann, presidente do presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon) no Rio, também considera 2003 um ano perdido.

– O PIB da construção civil, se compararmos o terceiro trimestre de 2002 com o de 2003, caiu 12,7%. No ano, a redução vai ser de 8% em relação a 2002 – disse.

Isso aconteceu, contou Kaufmann,

porque o setor de construção civil não dispõe de crédito suficiente para produzir. Segundo ele, os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) financiaram a construção de 29 mil imóveis novos até o dia 31 de outubro. Para a compra de imóveis prontos, foram destinados empréstimos para 71 mil contratos no mesmo período. Para a aquisição de materiais de construção, foram 80 mil contratos.

O presidente do Sinduscon-Rio criticou o atual programa de subsídio para a habitação, que visa beneficiar a “baixíssima renda”. Para ele, os financiamentos médios de R\$ 1.930 concedidos por esse plano foram suficientes apenas para a ampliação e reforma de casas.

O ideal, contou Kaufmann, seria cancelar o programa de subsídio e aprovar o Projeto de Lei nº 2710/92, há 11 anos no Congresso. Esse projeto cria o programa nacional de subsídio à habitação de interesse social, que definirá como o subsídio para os mais pobres será concedido. Também seria importante, contou, a criação de fundos municipais e estaduais para incentivar a construção de imóveis novos. Para isso, o Orçamento Geral da União teria de reservar até R\$ 5 bilhões com esse objetivo.

Os bancos também deveriam dar a sua cota de contribuição, afirmou Kaufmann. Segundo ele, este ano as instituições vão destinar R\$ 1,2 bilhão para financiar a construção civil,

sendo que elas têm R\$ 110 bilhões de depósitos.

– Seria de bom tamanho aplicar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões. Quatro a cinco vezes mais do que tem sido aplicado hoje – avaliou.

Coordenador do núcleo de bancos de dados especiais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Aloisio Campelo disse que, na verdade, os anos perdidos foram 2002 e 2001. Ele também usou a construção civil como exemplo de um dos setores que mais sofreu com a estagnação da economia, pois “são indústrias que empregam muito”.

– Precisamos é fazer com que a indústria tenha confiança de que vai haver crescimento sustentado para que haja retorno do investimento, para que se crie capacidade de produção. E dentro desse círculo virtuoso de crescimento, possamos almejar taxas de 4% a 5% ao ano – avaliou.

akomatsu@jb.com.br

“Precisamos fazer com que a indústria tenha confiança de que haverá crescimento sustentado para que se crie capacidade de produção”

ALOISIO CAMPELO
PROFESSOR DO IBRE/FGV

